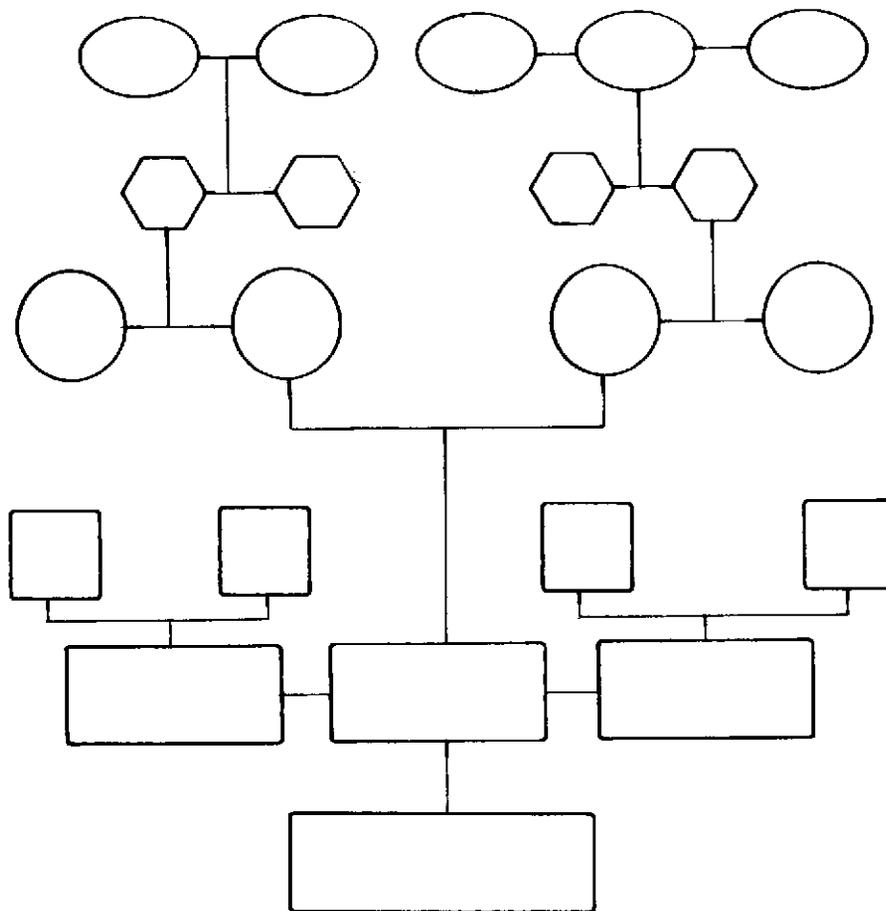


O PLANEJAMENTO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE*

Magali de Castro**



A abordagem do planejamento de currículo em Instituições Universitárias supõe algumas reflexões preliminares sobre a função de ensino na Universidade e sobre o Currículo. Omitir essas reflexões tornaria nosso trabalho excessivamente pragmático e vazio de sentido. Por um lado, todo curso universitário está integrado em uma estrutura maior, cujas funções e relações de poder influenciam e, muitas vezes, até determinam sua organização curricular. Por outro lado, planejar e organizar currículos implica assumir uma posição definida e consciente em relação aos seus aspectos sociais, políticos e ideológicos.

* Palestra proferida na Universidade Federal de Santa Maria, por ocasião do Seminário sobre Planejamento Curricular - Junho/1985.

** Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG.

A função de ensino, ao lado da pesquisa e extensão, deve constituir o cerne da atividade universitária. Para ela devem convergir os esforços de professores e dos Órgãos Colegiados, no sentido de se buscar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, para que a Universidade cumpra, cada vez melhor, sua função na sociedade brasileira.

Na área do ensino, a Universidade tem como função básica o desenvolvimento de recursos humanos: formação para o exercício profissional e formação de docentes e pesquisadores. Enquanto formadora de profissionais, a Universidade atende ao próprio aluno, que a procura visando a melhores oportunidades de emprego e, ainda, aos setores econômicos da sociedade, que vêem na Universidade a grande formadora de quadros profissionais críticos e competentes. A formação de docentes vai atender ao Sistema de Ensino, fornecendo os profissionais que integrarão os quadros da área de Educação e, também, à própria Universidade, através de Programas de Pós-Graduação, a nível de mestrado e doutorado. Os pesquisadores têm na Universidade seu mercado de trabalho prioritário.

Avaliar o currículo de determinado curso superior implica analisar até que ponto ele está adequado à formação dos profissionais que a Sociedade e a própria Universidade requerem. Além disso, não se pode esquecer de outra função importante do ensino superior que, em nosso sistema social, tem sido muitas vezes relegada em detrimento da capacitação profissional: a formação cultural, social e política. Sem esse aspecto, o ensino torna-se carente de sentido, limitando-se a fornecer à sociedade um contingente de trabalhadores especializados, com condições de adquirir eficiência e competência em suas funções básicas mas, na maior parte das vezes, acríticos e descompromissados com a realidade social e política da nação.

Assim, é importante que cada curso da Universidade possibilite a seus alunos e professores discussões sobre a situação política e social do país, numa análise crítica e teórica, despertando nos jovens a capacidade de emitir idéias e opiniões e de defender uma postura, ainda que ela seja diferente da de seus professores e colegas.

Constantemente estamos dizendo e ouvindo dizer que os estudantes "não querem nada", "não participam", "não ocupam seus lugares de representação nos Órgãos Deliberativos", mas esquecemo-nos de que esses jovens não foram preparados para uma participação efetiva em termos de deliberar e de fazer valer suas opiniões. A geração "pós-64" passou por uma escola onde, até muito recentemente, emitir idéias e opiniões ou defender posturas divergentes da maioria do grupo, não era visto com "bons olhos" e onde os currículos e programas não "deviam" proporcionar-lhes condições para o desenvolvimento de consciência crítica e prepará-los para a participação política na sociedade. Devemos ter presente que a liberdade com responsabilidade não é

um aprendizado fácil para esses jovens e que somente eles poderão conquistar o espaço para uma participação efetiva nas decisões da Universidade. Não basta que lhes seja oferecido um "assento" nos Órgãos Deliberativos, é preciso que eles abracem a causa pela qual estão lutando, se identifiquem com ela e participem efetivamente de todo o processo.

O planejamento e reformulação do currículo é uma causa pela qual todo estudante estará disposto a lutar, se sentir que sua participação será "real" e não uma farsa, onde estarão presentes sempre os interesses dos professores e da Instituição.

Deve-se fazer uma análise do funcionamento e dos mecanismos de decisão dos Órgãos Colegiados: Como estão estruturados? Qual a representação dos diferentes grupos? Quem tem tomado as decisões básicas sobre currículo e ensino? Qual tem sido a participação dos diferentes segmentos nas decisões? Podem esses Órgãos ser considerados democráticos? Com base nessa análise poderão ser feitas as necessárias correções no sentido de se conseguir a verdadeira participação de todos. Esta participação, para Fávero, não se reduz ao momento das eleições e à escolha dos representantes:

"Participação é mais que isto. É a presença ativa de todos os interessados, representantes dos diferentes segmentos que constituem a comunidade universitária, no processo de tomada de decisão, execução e avaliação de todas as atividades relacionadas com a definição dos objetivos, organização e funcionamento da vida universitária, nos diferentes setores e níveis". (1)

A reformulação de currículos será, pois o momento ideal para a participação de todos num processo de discussões e reflexões sobre o currículo, que mobilize a comunidade universitária no sentido da criação de condições necessárias à busca de novas alternativas para a prática pedagógica.

Reflexões sobre o currículo

O planejamento curricular supõe a definição exata do que se entende por currículo. Esse termo tem sido usado com vários sentidos e não há um consenso sobre o que seja, realmente, o currículo.

No sentido tradicional, currículo significa o elenco de disciplinas ministradas em um curso. Se se adota este

1) FÁVERO, 1983. p. 42.

conceito, planejar o currículo significa decidir sobre os conteúdos que são importantes em um curso, atribuindo-lhes maior ou menor número de créditos de acordo com seu grau de importância.

Considerado em seu sentido mais amplo, o currículo significa o conjunto de atividades realizadas sob a responsabilidade da escola, em consonância com a realidade sócio-econômica-cultural em que se insere. De acordo com este conceito, o planejamento de currículos atinge outros níveis além da determinação de conteúdos. Partindo desta determinação, passa-se à definição das formas como deverão ser trabalhados esses conteúdos e de toda a problemática relacionada à prática pedagógica.

Existem vários conceitos de currículo, oscilando entre a maior e menor amplitude, representada pelos dois conceitos apresentados.

Optamos aqui pelo conceito mais amplo, por considerarmos que a problemática de planejamento curricular ultrapassa, em muito, a simples definição de conteúdos, embora esta já seja uma atividade bem mais complexa do que a maioria das pessoas considera. Os professores, alunos e as outras pessoas envolvidas no planejamento curricular devem estar cientes de todos os aspectos que envolvem este trabalho, desde a determinação de conteúdos até a elaboração dos planos de aula.

Além dos aspectos relacionados à função de ensino na Universidade, já tratados anteriormente, é fundamental uma reflexão sobre os aspectos sociais, políticos e ideológicos do currículo.

O papel social do currículo é estabelecido a partir da função social da própria Educação, cujo sistema se insere num sistema econômico, político e social mais amplo, estando profundamente envolvida e comprometida com ele, enquanto dele recebe todos os elementos necessários à sua sobrevivência e a ele remete seu produto. Assim, as instituições escolares e, logicamente, seus currículos, devem responder às exigências da sociedade, partindo do atendimento às expectativas dos alunos, familiares e da comunidade mais próxima para chegar ao cumprimento da função social mais ampla de comprometimento com o desenvolvimento social e econômico do país. Para atender a essa função, o currículo deve abranger conteúdos e processos pedagógicos que possibilitem o estabelecimento de ligações entre a Universidade e a sociedade, para a adequada formação profissional e cultural do estudante.

O aspecto político do currículo, nem sempre claramente explicitado, está presente em qualquer projeto educativo, porquanto não existe educação neutra. Todo projeto educacional é político e está comprometido com algum interesse, mesmo que os responsáveis não queiram admiti-lo. O importante, neste particular, é que os planejadores do currículo tenham bem claro qual o papel político da Instituição que representam e qual será sua opção política em relação ao curso: Atendimento a quem? Formação para quem? Compromisso com que classe social? Que interesses mais amplos serão atendidos? Nesse aspecto, a Universidade dispõe de espaço significativo e precisa assumir, claramente,

sua posição política, enfrentando a questão considerada, por Severino, como fundamental:

“a da formação política da juventude pela criação de uma nova consciência social capaz de mobilizá-la não só para uma atuação concreta e uma participação política no processo histórico real, mas também para um compromisso mais radical de se construir um novo modelo de civilização humana: a capacidade de se visualizar ao longe um projeto utópico”. (2)

Toda proposta educacional tem uma ideologia, ainda que subjacente, diferindo de outras pelos valores que a direcionam. A definição desses valores permite a caracterização do tipo de homem e de sociedade que se quer formar. O currículo é profundamente marcado pela concepção ideológica de seus planejadores e organizadores.

O planejamento de Currículo no Ensino Superior

Planejar o currículo de ensino superior, seja para organizá-lo ou reformulá-lo, é uma tarefa complexa que deverá ser fruto de trabalho coletivo, envolvendo todos os segmentos que, de alguma forma, participam da prática pedagógica da escola.

Após a reflexão sobre os aspectos do ensino na Universidade e da teoria curricular, tentaremos abordar, de forma mais pragmática, alguns pontos considerados importantes para o planejamento do currículo de nível superior, com vistas à reformulação.

O primeiro ponto a ser colocado refere-se ao aspecto político e ideológico da reformulação curricular. Nenhum processo de reforma poderá ser desencadeado se não tivermos bem claro o porquê de sua realização e a quem ela interessa.

A reforma de currículo é um processo lento e penoso, mesmo quando sua necessidade é fruto de um consenso e conta-se com a participação de todos.

Considerada necessária, a reformulação do currículo será desencadeada pela equipe do Colegiado de Curso, que deverá assumir a liderança do processo, procurando assegurar a participação de todos os setores envolvidos.

Na fase inicial do processo de reformulação, é necessário que ela seja amplamente discutida em Assembléias Departamentais e Gerais, tendo em vista a tomada de algumas decisões básicas, tais como: estratégias e prazos de reformulação; forma de avaliação do atual currículo; decisões iniciais relativas ao novo currículo, tendo em vista seus aspectos: social, político e ideológico (estabelecimento de um marco conceitual-profissional que se quer formar).

A avaliação do currículo atual deverá envolver além de professores e alunos, egressos e profissionais. Seu objeti-

2) SEVERINO, 1982. p. 76.

vo é analisar as razões dos aspectos do currículo atenderem ou não aos diferentes segmentos. Esta avaliação pode ser feita, principalmente, através de: pesquisas com entrevistas diretas ou questionários aplicados aos vários segmentos; seminários com roteiros de trabalho pré-elaborados; assembleias gerais da escola, envolvendo professores e alunos, para discussão dos problemas de currículo.

As pesquisas têm-se revelado de grande utilidade pela riqueza de dados que trazem, mas costumam atrasar o processo devido à sua morosidade e, se não forem realizadas outras atividades paralelas, corre-se o risco de perder o elan e de não se conseguir efetivar nenhuma reforma, a partir delas.

Os seminários têm sido amplamente utilizados e apresentam a vantagem de serem dinâmicos e possibilitarem maior envolvimento de todos. Se bem planejado, o Seminário, envolvendo todos os segmentos (alunos, professores, ex-alunos, profissionais) trará à equipe resultados tão importantes quanto os da pesquisa, com maior rapidez.

As Assembleias Gerais da Escola são necessárias em qualquer das hipóteses, por constituírem um local aberto à participação e discussão de todos. Assembleias deverão ser realizadas durante todo o processo de reformulação, desde sua fase inicial até o último momento, para aprovação final do novo currículo.

Seja qual for a forma de avaliação adotada, é importante que seus dados sejam organizados pelo Colegiado e levados à Assembleia Geral para análise e novas decisões. Da avaliação deverão resultar algumas informações sobre o atual currículo em relação a: *Disciplinas*: importância e necessidade face à formação profissional, política, cultural e social dos alunos, carga horária, localização no currículo, pré-requisitos, adequação de conteúdos, etc. *Prática Pedagógica*: grau de satisfação com aulas práticas e teóricas, utilização de recursos didáticos, métodos de ensino e de avaliação, problemas, alternativas, etc. *Recursos Humanos*: opinião sobre alunos, professores e funcionários (quantidade x qualidade). *Instituição*: organização didática e administrativa, recursos materiais, instalações etc.

Com base nos resultados da avaliação, tendo em vista o marco conceitual estabelecido, deve ser feito um anteprojeto de currículo que servirá como base para discussão ampla em seminários ou assembleias realizadas com essa finalidade. É importante salientar que o ante-projeto não deverá conter apenas uma relação de disciplinas com respectivas cargas horárias e créditos, mas também suas ementas, sua organização e suas relações (pré-requisitos e co-requisitos).

Desses encontros sairão as referências básicas para a reformulação do ante-projeto que se transformará em Projeto de Currículo Reformulado e será, novamente, debatido antes que se chegue ao documento final. Este vai refletir o processo político da instituição, as relações de poder existentes no momento, os interesses dos diferentes grupos e as conciliações entre eles.

Essa estratégia proposta para reformulação do currículo não é a mais fácil nem a mais rápida, mas certamente é a que tem se revelado mais adequada. A mobilização e a participação organizada de todos são condições necessárias

e indispensáveis para que a reformulação curricular seja assumida e vivida pela comunidade universitária.

Finalizando, gostaríamos de reafirmar que o currículo nunca será um produto acabado, porquanto é vivido no dia-a-dia por diferentes pessoas. Neste sentido, o currículo reformulado deverá ser constantemente avaliado e aperfeiçoado, buscando-se a melhoria da prática pedagógica da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 2 — BORDAS, Merion Campos. Integração curricular e humanização do ensino; uma dupla dimensão de busca. *Educação e Realidade*, Porto Alegre (1): 23-31, fev. 1986.
- 3 — CORTESÃO, Luiza et alii. *Formação sociopsicopedagógica de formadores*; uma proposta de currículo. Porto, Afrontamento, 1983.
- 4 — D'ANTOLA, Arlette, org. *supervisão e currículo*; rumo a uma visão humanista. São Paulo, Pioneira, 1983.
- 5 — FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade: poder e participação. *Educação & Sociedade*, Campinas (16): 42-61, dez. 1983.
- 6 — HASENCLEVER, Lia et alii. Integração interdepartamental no ensino; uma experiência de introdução à economia. *Educação & Sociedade*, Campinas (16): 106-12, dez. 1983.
- 7 — HELLY, Albert Victor. *O currículo*; teoria e prática. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1980.
- 8 — PEREIRA, Maria Arleth. Os vinte anos de regime autoritário e sua influência na universidade brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas (20): 115-24, jan./abr. 1985.
- 9 — Ramos, José Ferreira. Colegiado de curso e departamento na universidade pós-reforma. *Educação. Revista do Centro de Educação*, Santa Maria, 8 (1): 189-222, 1983.
- 10 — SAVIANI, Demerval. A estrutura do ensino na universidade brasileira. *ANDE. Revista da Associação Nacional de Educação*, São Paulo (5): 52-5, 1982.
- 11 — SEVERINO, Antonio Joaquim. A problemática educacional brasileira e a questão didática no ensino superior. *Educação & Sociedade*, Campinas (13): 73-82, dez. 1982.
- 12 — SILVEIRA FILHO, Noemio Xavier da. Avaliação do enfoque dominante de currículo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. *Educação e Avaliação*, São Paulo (2): 100-30, mar. 1981.
- 13 — UHLE, Agueda Bernardete. O isolamento social da Universidade. *Educação & Sociedade*, Campinas (18): 90-6, ago. 1984.